

TRABALHO Criação de vagas tem sido impulsionada pelo crescimento do país, e não por programas setoriais do governo, dizem analistas

Política de emprego reflete pouco na retomada

DA REPORTAGEM LOCAL

A recuperação do emprego em 2004 é totalmente explicada pelo crescimento da economia brasileira, que se expandiu 5,2% no ano passado. Em outras palavras, políticas de emprego, como o "Primeiro Emprego" do governo Federal, não explicam a melhora no mercado de trabalho.

"A política econômica entregou os empregos", diz Marcelo Neri, chefe do Centro de Políticas Sociais da FGV (Fundação Getúlio Vargas). Ele diz que, se há mérito do governo na criação de vagas em 2004 e nos primeiros meses deste ano, ele está na decisão de adotar a política econômica atual, que resultou no crescimento registrado no ano passado.

Por enquanto, as ameaças ao emprego, portanto, são as mesmas que assombam a economia brasileira: uma crise externa que abata as exportações ou uma alta muito forte dos juros nos EUA, que atingiria não só a economia local mas a mundial.

Clemente Ganz Lucio, diretor técnico do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos), concorda com Neri no que diz respeito à inexistência de uma política de emprego com impactos visíveis. "Não houve nenhuma política de emprego, mesmo porque a política de ajuste fiscal impede qualquer movimento de gasto maior com infra-estrutura e saneamento, por exemplo, que incentive a criação de vagas", afirma Lucio.

Mas, avalia o diretor do Dieese, a política econômica está entre os fatores que colocam em perigo a recuperação atingida até agora. Os juros altos e o câmbio valorizado são um risco à recuperação, na medida em que também o são para o crescimento econômico. Os juros, por conterem a economia, e o câmbio, por colocar em risco as exportações", completa.

"Não podemos ter certeza sobre o que vai ocorrer a partir de agora. Não sabemos o quanto a economia vai crescer com a atual taxa de juros, por exemplo, ou quais são os riscos que vamos efetivamente enfrentar a partir de agora", diz Marcelo de Ávila, analista da área de mercado de trabalho do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).

Não existem ainda pesquisas sobre a criação de postos de trabalho em todo o Brasil no ano passado. Neri, extrapolando os resultados da pesquisa do IBGE para o país —o IBGE calcula, mensalmente, a taxa de desemprego apenas para seis regiões metropolitanas—, estima, de ma-

neira ainda muito insegura, que a ocupação possa ter crescido cerca de 4% em todo o país. O resultado: a criação de cerca de 3,1 milhões de vagas em um ano.

10 milhões de empregos?

A expansão de vagas não deve ser tão forte em 2005 —muitas empresas já fizeram contratações planejando a expansão deste ano. Mesmo com outros dois anos com desempenho bom, um pouco inferior ao de 2004, faltariam 2 milhões de empregos para o governo atingir a meta de criar 10 milhões de vagas. O resultado da criação de 2 milhões de vagas em 2005 e 2006 levaria, em três anos, a uma expansão equivalente a 7 mi-

lhões de vagas. Some-se a isso o 1 milhão de vagas criadas no fraco ano de 2003 e chega-se a um total de 8 milhões de empregos.

Repetir apenas o resultado do setor formal, ou seja, a criação de 1,5 milhão de vagas com carteira assinada, já representaria, em três anos, criar 4,5 milhões de empregos formais. "É difícil, claro. Bem difícil, eu diria, mas não é impossível como se chegou a pensar [antes do início da recuperação]", avalia Ávila, do Ipea.

Isso, claro, se nenhuma crise derrubar a economia brasileira até lá. Até agora, não há sinais de crises graves pela frente, mas, em 2000, também não se avistava a tempestade de 2001, com a crise

do setor elétrico por aqui, o colapso da economia argentina e os ataques terroristas nos EUA.

Por enquanto, a resposta do emprego ao crescimento surpreende os analistas. "A elasticidade do emprego em relação ao crescimento se mostrou muito alta", diz Cláudio Dedecca, coordenador do Cesit (Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho do Instituto de Economia da Unicamp). Ou seja, o número de empregos criados para cada ponto percentual de cresci-

mento é considerado alto.

Dedecca, assim como Lucio, do Dieese, credita a recuperação do mercado de trabalho à resposta ao crescimento econômico. "Não existe política pública de emprego", afirma, fazendo coro com o técnico do Dieese, para quem a necessidade de cortar gastos para cumprir a meta de superávit fiscal e cobrir os custos que a taxa de juros elevada gera para a dívida pública impede o governo de levar a cabo uma política eficiente de geração de empregos.